

Acordo com FMI deve sair hoje

BRASÍLIA (O GLOBO)— O novo memorando técnico de entendimento entre o Governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) já está redigido. Hoje deverá ser assinado o documento que oficializa a revisão do acordo assinado em fevereiro deste ano. O representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, disse ontem que o novo acordo deve ser considerado realista e capaz de proporcionar um ajustamento adequado da economia brasileira no período.

A economista do FMI Ana Maria Jul explicou, também ontem, que o objetivo do Fundo nas negociações foi o de conseguir uma distribuição equitativa das dificuldades decorrentes do programa de ajustamento a ser cumprido. Ela acredita que as medidas adotadas pelo Governo brasileiro garantem o nível de emprego na economia e contribuem para a proteção do salário real dos trabalhadores do País.

A revisão das metas do acordo levou em consideração uma taxa média de inflação de 125 por cento neste

ano, que deverá ser encerrado com uma taxa final de 138 por cento. O déficit público fixado em Cr\$ 18,5 trilhões, para este ano, em lugar da meta anterior de Cr\$ 8,8 trilhões, foi calculado com base na correção monetária de todos os ativos financeiros, como esclareceu o Chefe da Divisão do FMI para o Brasil, Thomas Reichmann.

Mesmo com a aplicação da correção monetária aceita pelo FMI, a meta de Cr\$ 18,5 trilhões implicará corte real do déficit público de 43,2 por cento este ano, em relação ao ano passado. Esse teto significa, ainda, que o déficit público representará 2,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em Cr\$ 120 trilhões para 1983. O crescimento do PIB será nulo neste ano, embora Alexandre Kafka tenha admitido a possibilidade de "boas surpresas" nesta área, dependendo da recuperação da economia mundial.

A limitação da correção dos salários em 80 por cento do INPC, a partir do mês de agosto, fornecerá uma contribuição decisiva para a conten-

ção do déficit público, como esclareceu ontem o Coordenador de Planejamento do Ipea, Carlos Von Doellinger.

A contenção salarial se refletirá na diminuição dos gastos de custeio das empresas estatais, segundo o economista da Seplan, embora o Governo ainda não tenha avaliado com precisão o corte de gastos que será proporcionado pela medida neste ano, já que ainda não foi concluído o levantamento dos dissídios coletivos dos trabalhadores das estatais que ocorrerão em 1983.

A revisão do acordo com o FMI permitiu, ainda, que fossem definidos os novos tetos para o orçamento monetário deste ano. A expansão da oferta de moeda será de 90 por cento, para uma inflação, no final do período, de 138 por cento, o que resultará numa contração real de liquidez de 25 por cento, bastante superior à estimativa inicial de 5,3 por cento para este ano. Os empréstimos do Banco do Brasil continuarão fortemente contidos, devendo variar em 85 por cento, até o final do ano.